GOVERNO ABERTO E LGBTFOBIA NO CENÁRIO BRASILEIRO

Amanda da Silva Biosca - 9761677 Luiz Carlos Marcelino Junior - 9761635 Pedro Henrique Beani da Silva - 9875416 Carla Piazzon Ramos Vieira - 9779120 Marcela Rodrigues Garcia - 9875545 Ricardo Sanches Tomazoli - 9777618

Introdução

Governo Aberto:

Definição em aberto

Diferente de Governo Eletrônico e de Governança Eltrônica

4 pilares: transparência, participação, colaboração e tecnologia e inovação

Contexto Brasileiro:

Lei de Responsabilidade Fiscal

Lei de Acesso à Informação

Open Government Partnership

Introdução

Desafios:

Migração de modelo

Falta de padronização e reutilização

Introdução

Governo Aberto e LGBTfobia:

Um dos países que mais mata LGBTQIA+

Coleta de dados defasada

Sub-dados de outras organizações

Justificativa

Vida e Segurança da População LGBTQIA+ Busca e qualidade dos dados

Diagnóstico

Controle Social

Boas práticas

Objetivos

Busca e melhoria da qualidade de dados sobre LGBTfobia Proposição de modelo de boas práticas

Conceituar Governo Aberto e LGBTQIA+
Definir LGBTfobia e os tipos de violência
Levantar e qualificar dados sobre violências LGBTfóbicas
Buscar e comparar boas práticas

Metodologia

Revisão bibliográfica

Busca de organizações da sociedade civil

Solicitação de Pedidos de Informação via LAI

Levantamento sobre países progressistas sobre a temática LGBTQIA+

Recorte dos países para comparação

Disponibilização de dados no github

Elaboração de panoramas

Análise de acervo coletado

Embasamento Teórico

A sigla LGBTQIA+

Heteronormatividade Gênero Sexualidade

LGBTQIA+

Embasamento Teórico

A história do Movimento LGBTQIA+

Final do século XIX e início do século XX

Organizações pelos direitos de pessoas homossexuais e transsexuais

Retrocessos: Governo Hitler e Governo Stalinista

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Stonewall (1969)

Nuestro Mundo (1969), FLHA (1971) e "Somos" (1973)

Somos (1978)

Embasamento Teórico

LGBTfobia e seus tipos

LGBTfobia

Relatório de Violências LGBTfóbicas no Brasil em 2016 - Ministério dos Direitos Humanos (2018)

violência psicológica violência institucional discriminação

violência física tráfico de pessoas

violência sexual abuso financeiro

Panorama Internacional

Modelos de práticas

Panorama Nacional

Cenário atual

Internacional

País	Proteção							
	Proteção Const.	Ampla Proteção	Âmbito de Trabalho	Crimes de Ódio	Incitação	Proibição de terapias de conversão		
Brasil	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim		
Equador	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim		
Uruguai	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não		

Internacional

₩	Reconhecimento					
País	Matrimônio	União Civil	Adoção Conjunta	Adoção de filhos do cônjuge		
Brasil	Sim	Sim	Sim	Sim		
Equador	Não	Sim	Não	Não		
Uruguai	Sim	Sim	Sim	Sim		

Internacional

Exemplos Uruguai:

- **Âmbito Jurídico:** politicas publicas para o publico trans, cotas minimas para emprego no setor publico e bolsas de estudo.
- Saúde: atendimento integral, programas de apoio para vitimas de ciolencia, e incorporação da identidade de genero em todos os sistemas oficiais
- Educação: programas de orientação sexual desde o ensino fundamental
- Lazer/Turismo: locais públicos em homenagem ao público lgbt como forma de expressão

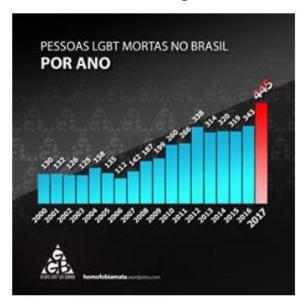
Nacional

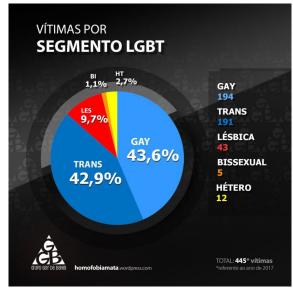
Dados

Organizações da Sociedade Civil: Grupo Gay da Bahia (GGB), TODXS e "Onde Se Esconde a Homofobia"

Organizações Públicas: IBGE, Departamento da Polícia Federal, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério da Saúde, Serviço Federal de Processamento de Dados e Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Ouvidoria da Câmara Municipal de São Paulo

Nacional - Organizações da Sociedade Civil

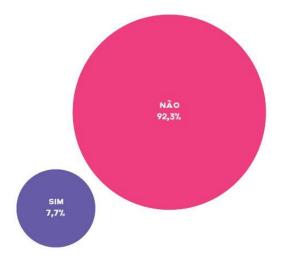




Fonte: GGB

Nacional - Organizações da Sociedade Civil

GRÁFICO 38: NÚMERO DE DENÚNCIAS COM BOLETIM DE OCORRÊNCIA REGISTRADO



Fonte: TODXS

Nacional - Organizações Públicas

Respostas:

Câmara Municipal

Ministério da Saúde

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (Disque Direitos Humanos - Disque 100)

Direitos Humanos - Disque 100)

Nacional - Organizações Públicas

Câmara Municipal: 50% das manifestações relacionadas à transfobia

Ministério da Saúde: 24.565 casos de violências entre 2015 e 2017

22 casos de violência LGBTfóbica por dia

7.988 dessas violências foram direcionadas às mulheres lésbicas, 6.138 aos homens gays, 1.818 às pessoas bissexuais, 1.416 às travestis, 7.791 às mulheres transsexuais e 2.229 aos homens transsexuais.

Nacional - Organizações Públicas

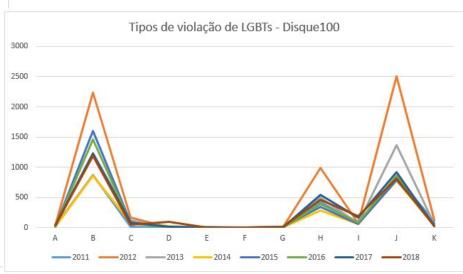
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- Quem sofre a violência? (nome da vítima)
- Qual tipo de violência? (violência psicológica, violência física, maus tratos, abandono, etc.)
- Quem pratica a violência? (nome do suspeito)
- Como chegar ou localizar a vítima/suspeito
- Endereço da vítima e do suspeito (estado, município, zona, rua, quadra, bairro, número da casa, ponto de referência)
- Há quanto tempo ocorre ou ocorreu a violência? (frequência)
- Qual o horário?
- Como a violência é praticada?
- Qual a situação atual da vítima?
- Algum órgão foi acionado?

- A = Abuso Financeiro E Econômico/ Violência Patrimonial
- B = Discriminação
- C = Negligência
- D = Outras Violações / Outros Assuntos Relacionados A Direitos Humanos
- E = Tortura E Outros Tratamentos Ou Penas Cruéis, Desumanos Ou Degradantes
- F = Trabalho Escravo
- G = Tráfico De Pessoas
- H = Violência Física
- I = Violência Institucional
- J = Violência Psicológica
- K = Violência Sexual

Nacional - Organizações Públicas





Conclusão

"Ausência de Dados" do Setor Público
LGBTfobia institucional
Diferença de dados
Boas práticas de políticas públicas, mas não de dados
Produção, coleta e qualidade dos dados pelo Estado
Padronização dos dados